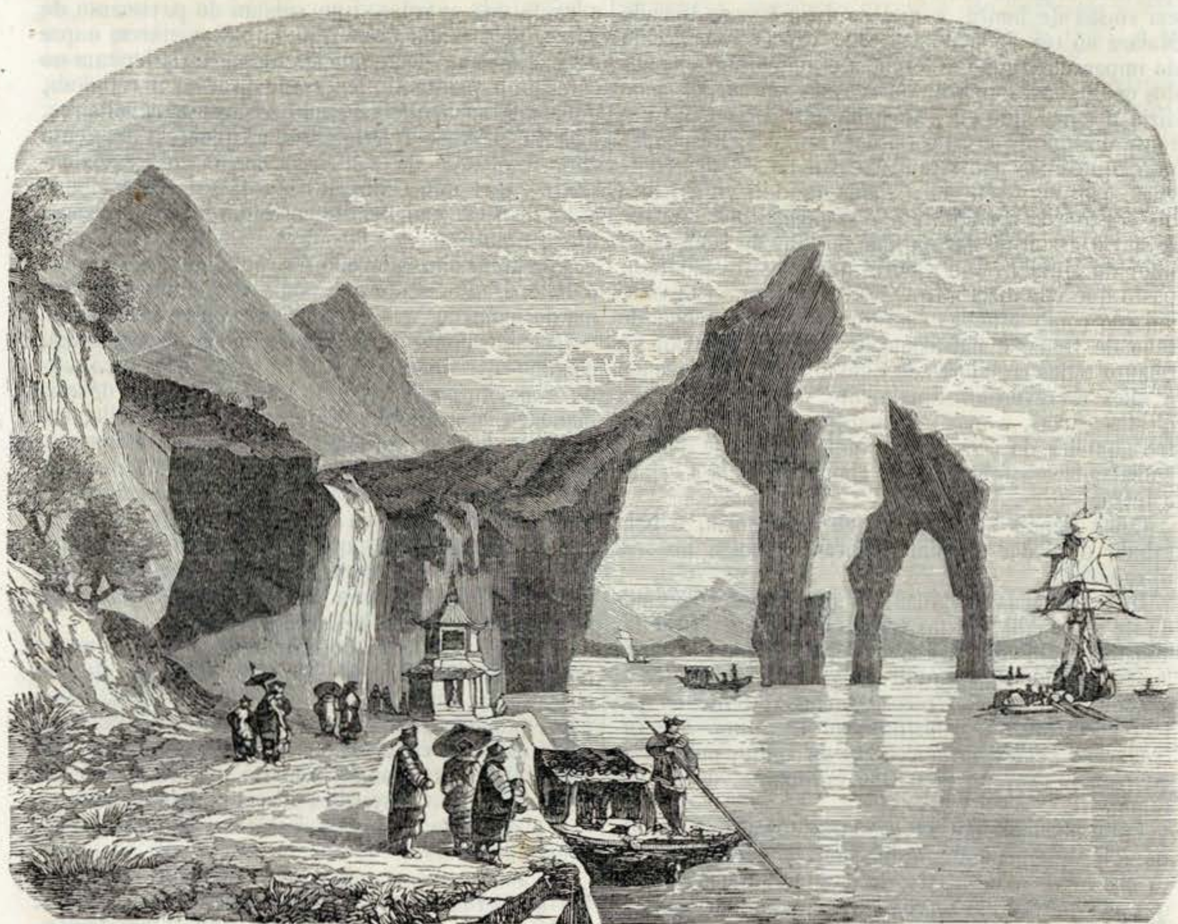
CHINA



Arcada da rocha sobre o Tai-Heo

O maior successo occorrido no anno de 1860 foi, sem dúvida, a tomada de Pekin, a capital do famoso potentado da Asia, do unico imperio *celeste* que se conhece no mundo, cuja vastidão mede seiscentas legoas de norte a sul, e trezentas de oriente a occidente, povoado de trezentos milhões de habitantes!

Realisará a entrada dos exercitos alliados de França e Inglaterra na capital da China, o rompimento do inviolavel segredo com que o grande imperio se occultou sempre á civilisação européa? Oxalá.

Pelo menos firmou-se já o tratado pelo qual o imperador, que se denomina filho do sol, admitte na sua corte os embaixadores das potencias occidentaes, e permitte o livre exercicio da religião christã, assim como o trafico do commercio europeu.

Fomos nós, portuguezes, dos primeiros que penetrámos n'aquelle imperio, e no proprio palacio do imperador tivemos mestres de mathematica, uma longa serie de bispos em Pekin, e grande numero de egrejas em varias cidades do imperio.

Todos os nossos historiadores da Asia fallam, com particularidade, da embaixada que el-rei D. Manuel mandou á China em 1516. João de Barros nos conta como e porque se mallogrou esta primeira tentativa.

Diz elle, que chegando o imperador á cidade de Cantão, onde tinha aportado o nosso embaixador, quiz logo saber ao que Thomé Pires ía, e mandou-lhe que entregasse as cartas que levava para elle, e depois lhe responderia.

Eram tres as cartas: uma del-rei D. Manuel, o qual escrevia ao modo que usava escrever aos reis gentios d'aquellas partes, guardando preeminencia aquelle principe pela grandeza de seu imperio, e policia d'elle. Outra era de Fernão Peres de Andrade, e esta escreveu elle tambem conforme a instrucção que levava del-rei D. Manuel, sobre a ida d'aquelle embaixador, a qual elle mandou trasladar em lingua dos chins, para logo achar quem a lesse. Cuja substancia os trasladadores mudaram quasi toda, por imitarem o modo que se tem de fallar ao seu principe, sem Fernão Peres o saber, dizendo n'ella, que elle capitão-mór do rei de frangues (nome por que nos nomeam aquelles orientaes), chegára áquella cidade de Cantão um embaixador, o qual ía a elle filho de Deus e senhor do Mundo, pedindo o seu sêlio para o rei dos frangues, porque queria ser seu vassallo, e levar mercadorias boas e ricas para o seu reino. Este sêllo, que aquelle imperador dá a todos os reis e principes que se fazem seus vassallos, é a sua divisa, e com elle se assignam em todas as cartas e escripturas, por demonstração de serem seus subditos. A terceira carta, que mais levava Thomé Pires, era dos governadores de Cantão; e como no tempo que a deram estavam muito contentes de nós,

porque foi ante que tomassem escandalo do que se fez em quanto Simão d'Andrade esteve na ilha, ia quasi conforme á de Fernão Peres, que os linguas trasladaram. E dizia esta carta, que pediamos casa na cidade de Cantão, para ter alli feitoria, e mais que eramos gente má de contentar, e muito fumosa em coisas de honra, e que se dizia termos tomado Malaca ao rei d'ella. Vistas estas cartas no conselho do imperador, quão differentes eram, foram chamados os linguas, e perguntados, cada um por si, como dizia a carta que elles trasladaram, coisa tão differente do que dizia a do rei dos frangues. Responderam, que elles não viram a carta do rei dos frangues, porque o seu embaixador que alli vinha, lhes dissera que ia cerrada, e não se podia abrir, porque se havia assim de dar na mão do filho de Deus e senhor do Mundo. Que a outra que elles trasladaram, posto que ella dizia outras palavras, fôra a sua trasladação como aquellas com que se falla á pessoa do filho de Deus, e não como os frangues fallavam; e quanto á dos regedores de Cantão, não sabiam como a elles escreveram. Finalmente, com a differença d'estas cartas, e más informações, foi assentado entre aquelles do conselho do imperador, que aquella embaixada era falsa, e que Thomé Pires ia a espiar a terra.

Como depois se compoz esta dissidencia, é bem sabido de todos os conhecedores da nossa historia ultramarina.

Dispersos pelas paginas dos antecedentes volumes d'este jornal, ha muitos artigos a respeito da China, escriptos pelo nosso collaborador e amigo, o sr. Carlos José Caldeira, que alli esteve nos annos de 1848 a 1850. D'entre elles recordaremos ao leitor os que tem por titulo: *O christianismo na China. Sua introducção depois da descoberta da India, por Vasco da Gama, etc.*, de pag. 386 em diante, do 2.º volume.

Para acompanhar as estampas tocantes áquelle imperio, que a photographia ingleza e franceza agora nos ha de exhibir, iremos dando algumas noticias que nos parecerem mais interessantes, mórmente as do tempo das missões portuguezas n'aquelle imperio, de que nem sequer achâmos menção, no muito que já tem escripto a imprensa estrangeira, depois da tomada de Pekin.

D. JOÃO II E A CONSPIRAÇÃO DA NOBREZA

LUCTA DA PREROGATIVA REAL

CAPITULO X

O DUQUE DE BRAGANÇA NA PRISÃO. ULTIMOS MOMENTOS

(Fragmento inedito. Vid. pag. 358)

O duque, em todo o seu colloquio espiritual com o confessor, fallou-lhe sempre como homem certo de si, resignado com o infortunio, e despreoccupado das vaidades do seculo.

Entre outras coisas citadas pelo religioso, e que, na realidade, concordam com o retrato que nos dá, disse-lhe D. Fernando, talvez para o metter mais no seio da sua intimidade: «Muitas graças devo a Deus e a el-rei, meu senhor, por me quererem salvar, que de outro modo vejo que não seria possivel. Nunca verdadeiramente conheci bem a Deus nem a el-rei, nem a outro maior do que eu, senão desde que estou aqui: mas, assim que se me abriram estas portas, logo me conheci a mim mesmo, o que antes não acontecia.»

Depois d'estas palavras, que, segundo parece, traduziam fielmente o mais completo desengano de todas as illusões, o neto do conde de Barcellos ajoelhou para começar a primeira confissão, exclamando: «Certamente que muitas vezes me rogou a consciencia isto mesmo; porém, a familiaridade que tinha comvosco não me deixou!»

Apenas principiava, veiu lôgo, porém, inquietal-o o ruido dos guardas, que subiam do pavimento de baixo, pela escada, com o intento de vigiarem o que os dois faziam. A crueldade e descortezia feriram no coração o penitente, e escandalisaram o religioso, que, nas suas queixas, não só accusa cavalleiros, mas até pessoas ecclesiasticas, as quaes, accrescenta elle, zombando da contrição do duque, exclamavam: «Oh! que confissão! Agora estará revelando a Paulo suas embaixadas, e o que ha de ir dizer a uns e a outros!

Apesar de tão enlevado na contemplação da eternidade, D. Fernando não podia despir de todo a alma dos cuidados que por todos os lados a assaltavam.

Quando Paulo tornou de manhã, no outro dia, chamou-o, e disse-lhe: «Ide a el-rei, da minha parte, e assegurae-lhe que, se fosse Deus, não deveria mandar-lhe nenhum recado, porque, sem elle, conheceria bem a verdade; mas, porque é homem, lhe envio isto por vós, que mais convem que por outrem: dizei-lhe que teria em grande mercê a sua alteza certificar-me sua tenção, se é de eu morrer; e assim, ajuntae mais, que lhe peço por mercê que não entre em seu coração, nem creia que soube parte, nem aconselhei a instrucção que o marquez, meu irmão, mandou a Castella.»

O padre não declinou a missão, e procurando o monarcha, rompeu o silencio com mais valor do que na vespera, dizendo: «Perdôe Deus a el-rei, vosso pae, que assim creou estes senhores de Portugal tanto em suas vontades, e lhes deu tanto favor, que agora lhes faz damno. Não sei por que juizo vos veiu serdes tão desviado e dissimilhante de sua nação e condição, que é necessario que muitos quebrem pelo meio.»

D. João II, escutando-o sem enfado, e relevando-lhe a liberdade da recriminação, sómente replicou: «El-rei, meu senhor, que santa gloria haja, deixou-me em muito trabalho e perigo.» Depois, respondendo ao recado de D. Fernando, ajuntou: «Dizei ao duque, quanto á primeira proposição (que era declarar se elle havia de morrer), que isto não está na minha mão, mas na da justiça, e seus merecimentos; porém, que lhe affirmo que hei de ficar áquem, e nunca além do que o seu feito pedir. Quanto á instrucção que foi a Castella, que eu me maravilho muito bastar o animo e a cabeça do marquez para tal coisa, sem seu conselho e prazer; mas que ácerca d'isso busque todos os remedios que possam aproveitar-lhe, e salval-o.»

Paulo, que o ouvia ancioso, interrompendo o principe n'este ponto, acudiu: «Senhor, peço-vos por Deus e por mercê, que vos praza dar uma audiencia secreta ao duque.»

El-rei prometteu-a, e o confessor, esperançado com a boa nova, veiu referir tudo a D. Fernando, que aguardava, impaciente, a sua volta.

«A mim me parece, concluiu o padre depois de narrar o que passára, que elle falla de vós tão despejadamente, que muito confio em Deus que as coisas cheguem a ter bom fim.

Mais costumado a sondar segredos de monarchas, e a não se contentar com phrases ambiguas, ou dissimuladas, o duque redarguiu-lhe melancolico: «Parece-vos, padre, que é boa resposta a de vos dizer que ficará áquem e não além da justiça? Reparae que se póde entender de muitos modos: pela variedade da morte, pelo perdão, ou por muitas outras coisas. O que mais me maravilha é dizer-vos que

me daria audiencia. Em fim, ponho tudo nas mãos de Deus, e a elle me encommendo.» [1]

O confessor, mais facil de illudir, insistiu de novo que tinha fé em que tudo se havia de compor, e que o processo intentado não correria com a brevidade que se receava; o preso, menos facil, repellia as suas consolações com brandura, asseverando, como prudente, que elle conhecia el-rei, e que por isso não esperava que se dobrasse a nenhuma supplica.

«Mas se agora, ajuntou, permittisse Deus que elle quizesse o que não ha muitos dias tanto desejaria, que era casar o sr. D. Jorge, seu filho, com minha filha, e engrandecel-o com o seu e o meu, e mandar vir meus filhos de Castella, e creal-os á sua mão, e a mim metter-me em uma fortaleza, como lhe aprouvesse, com a senhora duqueza, d'onde eu podesse pagar o que devo, e satisfazer as almas de meus antecessores e a minha, para acabar meus dias, que já não podem ser muitos, em paz; creio que isto seria mais serviço de Deus, e aproveitaria melhor á tranquillidade dos seus reinos, do que matar-me, porque, com a minha morte, não ficará em socego.»

Paulo, admirado do arrependimento que respiravam estas confidencias, atalhou-o, observando, que no maior aperto dos perigos e enfermidades, era natural fazerem-se estes bons propositos; porém que, salvo o lance, a fraqueza humana tornava a ser senhora de si, e tudo volvia ao antigo caminho.

«Não! respondeu D. Fernando. Se Deus me der dias de vida e liberdade para executar o que digo, da sua parte vos ordeno que me esbofeteeis as faces, se faltar.»

N'esta conversação, e em outras, a cada momento cortadas pela magoa de tantas perplexidades, se entretinham os dois, em quanto, a pequena distancia, a essa mesma hora, instados pelo soberano, os juizes afiavam o cutello do algoz, ultima e fatal resposta da razão de estado, ás incertezas e agonias de uma alma atribulada.

Sentindo que as trevas da tristeza cada vez lhe opprimiam mais o coração, desejou o duque distrahir-se com a leitura de algum livro piedoso. O padre Paulo abriu as chronicas de Santo Isidoro, em um trecho, aonde o escriptor encarece a riqueza da terra e o esforço dos homens, ornando o quadro com vivas côres. D. Fernando não quiz continuar, e exclamou: «Basta! Não mais, por Deus! Não quero ouvir fallar de poder e nobreza, nem de abundancias d'este mundo, que bem conhecido e provado tenho o pouco ou nada que valem.»

Trouxe-lhe então o religioso a obra do padre D. Lourenço Justiniano de Veneza [2], a qual trata da vida monastica, e leu-lhe, por ella, algumas paginas sobre as variedades e enganos da vida, e sobre a subita quéda dos que, fazendo-se adorar como deuses, precipitados pelo braço divino, serviram de ludibrio e de escarneo até aos proprios lisonjeiros.

A propriedade do escripto deu nos olhos ao preso, vendo em si mesmo a prova d'elle; e por isso as lagrimas, reprimidas, rebentaram-lhe dos olhos, e desafogando com suspiros, exclamou: «Certamente por mim foi tudo isto escripto!» E recordando muitas das acções passadas, ajuntou: «Não sei d'onde veiu a el-rei, meu senhor, tomar tal odio e má vontade contra mim, porque, quem taes serviços, e tão grandes fez a seu pae em todas as occasiões e logares, assim em Africa, como na entrada de Castella, endividando-me, e gastando toda a minha terra por levar grande pompa, como o mundo sabe, parece-me que não devia receber tal galardão.»

O padre, com motivo, ponderou-lhe, que fôra isso mesmo, talvez, o que o trouxera ao estado em que se achava, porque os excessos dos poderosos sobem nos clamores do povo aos ouvidos de Deus, e os prantos das viuvas clamam por justiça.

O duque não se agastou, e continuando, queixou-se de D. João II tão depressa esquecer, que nas discordias do Infante D. Pedro com Affonso V, vendo seu pae o alvoroço em que todos andavam, tentou applacal-os, e não o conseguindo, se recolheu a Ceuta com grande desgosto do marquez, seu irmão, e dos cavalleiros do partido contrario ao filho de D. João I.

«Tudo isto, disse o duque, fez elle por se arredar de tantos males, e sempre nos recommendou, a nós seus filhos, a paz e a lealdade, e Deus sabe que nunca em meu peito entrou outra cousa; mas linguas de maldizentes invejosos crearam no coração tamanho mal. Perdôe-lhes Deus, pois de tanto foram causa.» [1]

A consternação dos fidalgos parentes e alliados da casa de Bragança, vendo em tanto risco a cabeça do seu chefe, longe de lhes dictar um commettimento ousado, que talvez movesse o rei, pelo menos a contemporisar, poupando ao duque o opprobrio do supplicio, inspirou-lhes uma humildade hypocrita, que, não concordando com os passos atrevidos adiantados antes, no que chamavam a defesa de seus direitos, serviu só, como dissemos, de revelar a D. João II a fraqueza dos inimigos, confirmando-o na idéa de os prostrar de uma só vez, e com um só golpe, condemnando o homem, ao qual o ligavam os vinculos do sangue, mas de quem o separavam as memorias do passado, e os receios do presente.

A unica segurança, que podiam dar ao duque, era a resistencia dos logares que lhe obedeciam em Bragança, no Minho e no Alemtejo, e a firme resolução por parte da nobreza, de não o deixar succumbir desamparado á vingança calculada do monarcha.

Nenhum, porém, dos amigos e parentes de D. Fernando soube valer-lhe, como devia, n'este conflicto, fallando alto e com a mão no punho da espada. A propria duqueza, colhida de sobresalto, e no primeiro movimento, lembrou-se mais dos filhos, como mãe, do que de acudir, como esposa, á salvação do marido, mandando cerrar as portas das fortalezas, e negando a entrada d'ellas e de suas terras aos officiaes delrei.

Em vão o duque de Vizeu escreveu a D. João II offerecendo em penhor da vida do duque os seus castellos e propriedades; o mesmo praticaram o bispo de Evora, e os condes de Marialva e de Villa-Real; mas o sacrificio do chefe da facção dos fidalgos estava decidido, e o filho de Affonso V não era homem que trocasse a victoria, que tinha certa, pelas duvidosas vantagens, que podia prometter-lhe a clemencia.

Não descobrindo até á ultima hora o seu pensamento deliberado, enganava com palavras equivocas os prantos e as supplicas da rainha, e de sua irmã a duqueza, ouvia com agrado e sem embaraço os partidos que lhe propunham, e tão inaccessivel á piedade, como inexoravel nos propositos, não se desviava um passo do caminho encetado.

Foi o padre Paulo quem lhe entregou o escripto do duque de Vizeu aberto; e D. João, depois de o ler em silencio, sem dizer outra coisa, poz o dedo sobre a ultima linha, notando que, além do offerecimento espontaneo de todas as terras e fortalezas, acrescen-

[1] Transcrevemos quasi textualmente as poprias palavras do confessor do duque em toda esta scena, que, melhor do que esmeradas paginas, nos está representando o duque e o rei, conhecendo-se ambos, e jogando até ao ultimo instante as armas politicas, proprias do seu tempo.

[2] Esta obra foi muito lida nos fins da meia edade, e não das ultimas dadas á estampa depois da invenção da imprensa.

[1] *Breve Tratado, que escreveu o padre Paulo sobre a morte do duque de Bragança.* — Provas da Historia Genealogica. Tomo III. Dec. n. 88. pag. 782.

tava *que daria e poria a sua vida pela vida de seu cunhado.* [1]

O animo desconfiado do principe traduziu a phrase ao sabor das suspeitas, e talvez logo d'alli decretasse a ruina do imprudente mancebo, que cedendo ao ardor dos brios, não hesitava em se metter entre a furia do leão e o sacrificio da victima.

Apesar de tão affeito a dissimular, o rei não pôde conter-se de modo, que o religioso lhe não adivinhasse no semblante parte do que sentia, e não procurasse despersuadil-o da má idéa que formára do acto generoso do duque de Vizeu. Reprimiu-se logo, comtudo, e tornando a pôr a mascara usual, depois de lhe mostrar outros escriptos de alguns fidalgos, lavrados no mesmo sentido, metteu-os todos na jaqueta, e deixando Paulo com a rainha, dirigiu-se á sala aonde se achavam os desembargadores e conselheiros, aos quaes committêra a instrucção e julgamento do processo.

Pouco se demorou, e voltando, chamou o religioso, e ordenou-lhe que dissesse ao duque, em seu nome, *que os letrados eram de opinião que elle não podia conceder-lhe a promettida audiencia.*

« Não vol-o tinha eu affirmado? observou D. Fernando, quando o confessor, desconsolado, se magoava com elle por causa da recusa. Sabei mais ainda, que isto cedo ha de acabar, e de repente. [2]

De feito, logo n'aquelle mesmo dia, terça feira, de tarde, se armou a sala terrea das casas com certa pompa, para serem lidos publicamente os autos, perante o tribunal, como já expozemos, assistindo o duque, e escutando a linguagem aspera do doutor João de Elvas, fiscal da causa, sem se deslizar nem um instante do soffrimento de que se mostrava revestido desde que entrou na prisão. A audiencia alongou-se além das nove horas da noite; e foi só ao outro dia que o duque, depositando no seio de Paulo toda a verdade, exclamou: « Muito senti hontem quando não vos encontrei. Quereis saber? Já eu rezei dos finados. Certamente, não culpo a el-rei, meu senhor, de fazer o que fez, porque não só coisas ditas e escriptas, mas ainda pensadas, e não pensadas, em tal fórma sabe e lhe são ditas, que não ha de que o accusar. » [3]

Tudo prova que fallava convencido, porque desde então ajustou todos os seus actos como quem imaginava que não podia saír incolume do conflicto, apercebendo-se para a jornada provavel da morte com os auxilios espirituaes dos sacramentos, e revelando nos gestos e phrases, que pouca, ou quasi nenhuma esperança lhe restava de sobreviver ao odio de um monarcha, tão paciente em colligir contra elle as provas, que o obrigavam a confessar, que os olhos do principe não só liam no papel, mas até no coração, os mais reconditos segredos.

Na quinta feira seguinte, de manhã, ao acabar de ouvir missa, foi o duque requerido pelo doutor Diogo Pinheiro, seu defensor, e pelo seu procurador Affonso de Barros, para assistir com elles á acareação das testimunhas. Escusou-se, dizendo, que deixava tudo a Deus e a el-rei. Esta resposta concordava com a que já tinha dado, quando lhe haviam apresentado os vinte e dois artigos do libello. [4]

N'esta occasião D. Fernando, consultando em voz baixa o padre Paulo, só replicou a Ruy de Pina, que o vinha convidar em nome del-rei: « dizei a el-rei, meu senhor, que eu me confessei e communguei hoje, e que estou agora com o meu confessor, fallando em coisas da minha alma, e do outro mundo: que essas para que me chama são do corpo, d'este mundo, e do seu reino, de que elle é juiz; que as julgue e determine como quizer, porque a ida de minha pessoa não é necessaria. »

(Continua) REBELLO DA SILVA

[1] Estas curiosas circumstancias, narradas com ingenuidade pelo religioso, pintam em relevo o caracter e a profunda dissimulação do rei, e mostram ao mesmo tempo a falta de plano e o sobresalto da nobreza, vendo-se de repente privada do seu chefe.

[2] As palavras de D. Fernando n'este lance mostram, como notámos, que elle, desde o principio, não se illudiu com a sorte que o esperava, conhecendo o monarcha, e antevendo os fins a que elle apontava.

[3] *Breve Tratado, que escreveu o padre Paulo sobre a morte do duque de Bragança.* Provas da Historia Genealogica. Tomo III Docum. n. 88. pag. 774.

[4] Ruy de Pina. Chr. do mui excellente rei D. João II. cap. XIV. pag. 49. — *Ineditos de Historia Portugueza.* Tomo II.

LOGARES MEMORAVEIS

Com este mesmo titulo poz uma nota ao seu *Camões*, o grande poeta, o que mais tem escripto e lidado para levantar e engrandecer esta nossa boa terra de Portugal, A. F. de Castilho.

Ouçamol-o, que é dizer, deliciemo-nos.

« Tudo que de perto ou de longe se refere ao viver de um grande homem, concita valentemente as attenções. D'ahi a veneração dos tumulos; d'ahi a santidade das reliquias; d'ahi o feitiço irresistivel das antigualhas; d'ahi resguardaram-se os authographos como thesoiros; d'ahi as honras dadas aos nomes de familia. Devotos, poetas, namorados, amigos, estudiosos, todos tem esta superstição: é pois da natureza; e, se da natureza é, para algum fim de utilidade nos foi dada. Em a nota que atraz fica, sobre « honras posthumas, » o aventámos, ao ponderar a virtude inspirativa de tumulos e estatuas.

Ha porém, além dos tumulos, cofres de pó que foi de heroes, e além das estatuas, reminiscencias de suas fórmas externas, muitas outras coisas suas que não menos se devem salvar, assim para lhes augmentar a elles o culto, como para despertador a outros, e tambem para credito nacional: taes são os logares consagrados pela sua presença, trabalhos e meditações. O que a alma assume de poesia, de brios, de fidalga emulação, aspirando ares já respirados para immortaes, poucos haverá que alguma vez o não experimentassem.

....

Ora pois, se os sitios apprehendem alguma coisa dos seus moradores, para o ficarem invidando por esses seculos fóra, e taes invites não são estereis; se o *Itinerario* da *Terra Santa*, de Chateaubriand, e a *Viagem ao Oriente*, de Lamartine, não tiveram outra origem; se o mais gostado de lord Byron são as suas reminiscencias por entre as ruinas da Grecia; se a *Corina* de madama de Stael brotou tão seductora do chão da Italia, só composta de suas brilhantes exhalações; se, n'uma palavra, em todos os escriptores de maior alma, as paginas mais attractivas lhes foram inspiradas pelas saudades, e as saudades pelos logares, testimunhas e theatros das grandes coisas e pessoas do mundo preterito; e se é certo que esta invisivel mó do tempo váe desfazendo de continuo os edificios, as pedras, os nomes e as memorias, porque não havemos de disputar ao esquecimento, o mais que possivel fôr d'essas mesmas memorias, mirrados fructos das edades extinctas, mas germes, e, quando menos, adubio de bens e gozos no futuro?

Quão sem custo não póde qualquer municipio assignalar com uma lamina de metal, esculpida com o nome da pessoa, e datas do seu nascimento e morte, a frontaria da casa em que haja nascido, vivido, ou acabado um homem notavel nas sciencias, nas lettras, n'uma arte, n'um mister, nos ermos, nas virtudes etc. ? Os senhorios mesmos o deviam fazer para seu interesse. Soubesse alguem hoje onde tinha assistido o Camões, na travessa do Monturo do Collegio; por mais mesquinho que o predio fosse, veria-

mos se ficava nunca por arrendar, e por bom preço, e por boa gente! »

Pois que nenhum municipio, nenhum senhorio, tem até agora adoptado o alvitre, iremos nós pela gravura assignalando os logares memoraveis de que houvermos noticia, e possamos haver copia.

Já desenhámos a casa onde falleceu Garrett; hoje damos a gravura da em que nasceu Bocage. São dois grandes credores da poesia e da lingua portugueza. Por mais tributos que paguemos á sua memoria, lhes ficaremos sempre em divida.

É Bocage poeta tão geralmente conhecido e sabido, que por de mais fôra quanto aqui dissemos a respeito d'elle.

Não assim a sua genealogia, que só ha poucos annos foi escrupulosamente apurada pelos srs. Castilhos na *Livraria Classica*, obra já rara, e que bem merece ser reimpressa e continuada.

LOGARES MEMORAVEIS

II



Casa onde nasceu Bocage

D'ella tomâmos os seguintes periodos, acrescentando que a casa onde nasceu este nosso grande poeta, e se representa na gravura, é a que tem os numeros 17 e 18 da rua de S. Domingos, freguezia de S. Sebastião, da cidade de Setubal.

Nasceu Manuel Maria Barbosa du Bocage (*Elmano* [1] *Sadino* foi seu nome pastoril) aos 15 de setembro de 1765, na villa de Setubal.

Eram seu pae e sua mãe familiares com as musas, e já no trato domestico, já nas litterarias palestras, delicias dos seus progenitores, ia o joven *Manuel* colhendo inspirações, desenvolvendo a intelligencia precóce, alimentando o fogo que desde os mais tenros annos o devorava, e supprindo, com o natural ardor, o que devia escacear n'uma educação em terra onde os meios de instrucção eram defeituosos e parcos.

[1] Anagramma do nome *Manuel*.

Na cidade de Cherburgo (Normandia) viveu, pelos fins do seculo XVII, um abastado e distincto proprietario, por nome Antonio Le Doux (outros escrevem *l'Hédois*) du Bocage, casado com a dama Catharina Cosma. D'este consorcio proveiu o tronco dos Bocages em Portugal.

Gil Le Doux du Bocage, baptisado na freguezia de Santa Maria Maior, em Cherburgo, abraçou a vida de mar, passando, em 1704, ao serviço da marinha portugueza, no posto de capitão de mar e guerra, do qual, em 1717, foi promovido ao de coronel de mar e guerra (vice-almirante). Cavalheiro de vasto saber, exemplar denodo e pericia militar, foi tido por um dos mais habeis officiaes da armada. Por sua distincção nas guerras do Mediterraneo contra os Barbarescos, e do Brasil contra os Francezes, alcançou 10$000 réis mensaes de tença, e o habito de Christo; e por novos relevantes serviços, lhe fez el-

rei a mercê da tença annual de 400$000 réis por tres vidas, como consta da certidão passada na secretaria do despacho das mercês e expediente, assignada por Jeronimo Godinho de Niza, aos 4 de novembro de 1827. Recebeu-se com D. Clara Francisca Lestof, aos 13 de junho de 1720, na freguezia da Encarnação de Lisboa, levando a procuração da noiva seu padrasto, o coronel de artilheria da praça de Setubal, João Thomaz Corrêa de Brito. Era esta senhora filha de Leonardo Lestof, consul de Hollanda, rico proprietario, e de sua segunda mulher, Luiza Vanzeller. Nasceram d'este matrimonio duas filhas:

1.ª D. Antonia Ignacia Xavier Lestof du Bocage deixou cinco filhos, de que não ha razão para tratarmos mais miudamente.

2.ª D. Marianna Joaquina Xavier Lestof du Bocage. Casou com o bacharel José Luiz Soares de Barbosa, que foi juiz de fóra da Castanheira e Povos, e ouvidor na comarca de Béja; verificou-se a ceremonia na freguezia de S. Sebastião de Setubal, aos 6 de junho de 1758. Tiveram seis filhos, a saber:

1.º Gil Francisco Barbosa du Bocage, nascido em Setubal, a 3 de outubro de 1762, casado com D. Gertrudes Homem da Cunha d'Essa, filha de um marechal de campo, governador da torre do Outão da barra de Setubal. Agradavel poeta, distincto jurisconsulto, e de facil e aprazivel convivencia. Falleceu aos 13 de maio de 1834, e só teve uma filha.

2.º Manuel Maria Barbosa du Bocage, o nosso poeta, baptisado na freguezia de S. Sebastião de Setubal, sendo seus padrinhos Heitor Mendes Botelho de Moraes Sarmento, e soror Luiza Mathilde, sua tia.

3.º D. Maria Agostinha Barbosa du Bocage nasceu em 14 de julho de 1759; foi baptisada na freguezia de S. Sebastião, em 28 de agosto; casou com Vicente de Paula Figueiredo de Goes Souto-Maior, tenente de infanteria 7, e teve dois filhos.

4.º D. Anna das Mercês Barbosa du Bocage nasceu em 23 de setembro de 1760; baptisou-se na freguezia de S. Sebastião, em 31 de outubro; casou com João do Prado Homem da Cunha d'Essa, cunhado de seu irmão Gil, matrimonio que produziu tres filhos.

5.º D. Maria Eugenia Barbosa du Bocage nasceu em Béja, em 8 de setembro de 1768; foi baptisada na freguezia de Santa Maria em 13 de outubro; falleceu na flor da edade.

6.º D. Maria Francisca Barbosa du Bocage, nascida em Setubal, em 13 de abril de 1771, baptisada na freguezia de Santa Maria da Graça, em 2 de junho, fallecida no primeiro estado, aos 18 de maio de 1841, em casa da marqueza d'Alorna, foi tambem poetiza, e a irmã predilecta do nosso auctor. Viveu em sua companhia até se elle finar, e toda se desentranhou em affecto, pagando-lhe em saudosas lagrimas, até que o foi procurar em melhor mundo o seu tributo de fraterna gratidão.

Era, por affinidade, segunda tia materna d'este poeta, a celebre Marianna Lepage, mulher de Fiquet du Bucage, que só tres annos antes de Manuel Maria falleceu, de idade de 92; auctora de um poema laureado sobre as *Sciencias e as Lettras*; traductora da *Morte d'Abel*, de Gessner; imitadora do *Paraiso Perdido*, de Milton; e coroada de louros em Ferney, pelas mãos de Voltaire, depois do seu poema da *Columbiada*, cujo 1.º canto seu sobrinho verteu em portuguez; *franceza Sapho*, como a denominavam, e sob cujo retrato os seus conterraneos inscreveram: *Formâ Venus, arte Minerva.*

Existindo ainda muitos parentes do poeta, ocioso nos parece progredirmos n'estas indicações, para as não convertermos n'uma arvore genealogica.

Portanto, dos dois appellidos de que estes irmãos usavam, o de Barbosa pertencia ao pae, e do ramo materno lhes veiu o de Bocage; nomes e familias que já de si ligavam ambos talento.

Tirava Bocage jactancia do seu nascimento, e honrava-se com o fulgor dos seus passados. N'um idyllio, exclama elle á sua Lenia, de Macau:

Pergunta a quantos vem do Tejo e Sado,
Se alli me condemnou vil nascimento
A este, em que mourejo, humilde estado.

Sempre entre os mais honrados tive assento:
Venho dos principaes da minha aldêa...
Nem cuides que vãs fabulas invento!

AS ROSAS ENCANTADAS

CONTO PENINSULAR

Saberás que para a parte do Levante, onde assenta o reino de Murcia, havia n'outros tempos um pobre lavrador, a quem os annos estereis haviam reduzido a extrema penuria. Tinha por casa uma cova; por alimento (quando Deus queria) um pedaço de pão de milho, e sempre larga messe de enfermidades e angustias.

Veiu um inverno longo, geoso e carrancudo, com mil cheias e estragos; fecharam-se todas as portas; ninguem procurava trabalhadores; o pão subia sem conta, e de fraqueza e fome, finou-se a mulher de Pero Antunes, que assim se chamava o pobre lavrador.

Viuvo, fechou a porta mal unida da sua choça, ligou-lhe a aldraba, e saiu do logar á procura de vida, com uma filha unica, Isabel, mocinha de quinze maios, apenas. Subiram montes, desceram valles, tudo caminhos largos, desertos, por onde nunca acharam quem os soccorresse com uma bemdita esmola, com um pedaço de pão negro! Dormiam sob os alpendres das egrejas, amanhecendo cobertos de neve que lhes sacudia o aspero nordeste de dezembro; ou se albergavam nas estrebarias das estalagens, condemnados a verem d'alli a espaçosa e ardente lareira, sem gozar do seu appetecido calor.

Andando, andando, n'uma noite das mais escuras e tempestuosas chegaram a Granada. Cidade tamanha não a tinham visto aquelles olhos; sentiram, o pae e a filha, involuntario terror ao encontrarem-se n'aquelle labyrintho de ruas escuras, por onde cruzavam, de vez em quando, sombras negras com grandes chapeos e longas espadas.

Era dia de festa, e dia das Almas; estavam as lojas todas fechadas, e os nossos pobres caminhantes não encontravam a quem fazer uma pergunta: a chuva miuda, aturada, espessa, caia com a regularidade presaga da sua duração, e penetrava até os ossos; as ruas pareciam infinitas a Isabel e Pero Antunes; o frio entumecia-lhes os membros mal cobertos de andrajos; os pés ensanguentados não podiam supportar as cortantes pedras da calçada: só haviam comido um pedaço de pão, e sentiam-se já desfallecer. Continuaram andando até chegar a uma praça irregular; atravessaram-n'a, guiados por uma luz distante que lhes servia de pharol, e acharam-se ao pé de uma ermida, e na embocadura de uma ladeira.

A costa era comprida, tortuosa e empinada; a escuridão tanta, que Pero e sua filha tiveram que dar-se as mãos para se não perderem. Via-se ao longe uma luz vivissima: os caminhantes acreditaram de boa fé que era a porta aberta de uma casa; mas á medida que se aproximavam iam perdendo as esperanças. A luz saia de uma grade baixa, e parecia o avermelhado clarão de uma fragoa.

— « Perguntaremos ao menos, dizia o pae exhaus-

to de fadiga; vamos, minha filha, que Deus nos abrirá caminho.»

Sem respiração chegaram á altura da janella, e Pero Antunes descobriu uma sala terrea, cheias as altas paredes de gamellas, peroleiras, almotolias, garrafas, e vidros de tôdas as fórmas e côres; e espalhados pelo solo, pedaços de marmore, de metaes, muitos papeis, e alguns livros misturados com toros de lenha e carvão. Um forno de terra vermelha, acceso, mesmo em frente da grade, despedia o clarão que tinha enganado os caminhantes.

— «Não ha ninguem!..» exclamou o pobre do velho.

Isabel sentou-se no poial da porta, apoiando os cotovelos nos joelhos, o rosto febricitante em ambas as mãos.

Pero Antunes viu então ao reflexo que se projectava no exterior, que tinham á esquerda a porta de uma fortaleza, e atraz de si um palacio. A um ruido que sentiu na sala terrea, Pero aproximou-se, e viu no fundo d'esta casa apparecer, primeiro uma serpente arrastando-se, depois um tigre com os olhos scintillando como duas esmeraldas, e depois um homem de sotaina, alto, sêcco, de cabello ruivo, trazendo nas mãos um vaso cheio de chammas!

Pero Antunes quiz dar um grito e não pôde, persignou-se de subito, dizendo — Jesus!... Santo nome de Jesus!...

O homem do vaso de fogo, com ar ferino, disse para o tigre!

— Arreda-te, demonio, que vou queimar-te. E voltou-se ao mesmo tempo de fórma que mostrou a cabeça tonsurada como de clerigo.

Ouvindo sons humanos, e vendo a coroa do que lhe parecia phantasma, Antunes socegou-se um pouco, porém não tanto que não sentisse o corpo regelado de susto. Sua filha começou a lamentar-se, e o lavrador comprehendendo quanto era desesperada a sua situação, resolveu pedir auxilio áquelle jauleiro. Bateu na grade dizendo:

— Desculpe-me, senhor; sou um pobre caminhante que tenho vindo com a minha filha em busca de trabalho, e perdemo-nos na cidade com o tempestuoso da noite. Poder-me-hia dizer onde nos recolheriam!...

Ao ouvir aquella voz lastimosa fóra da grade, a serpente, que estava enroscada ao calor do forno, ergueu-se enfurecida pondo em espiral os encadeados anneis; o tigre eriçou o lombo, e o homem ruivo voltou-se apressadamente.

A vivissima claridade que do forno saia, illuminava de frente o rosto de Pero. A filha soltou um ai, e Antunes fez um gesto, como de quem dizia: — «É minha filha que se fina como sua infeliz mãe!»

O homem ruivo mostrou compaixão.

— Que pousada achareis aberta a estas horas? Como a encontrareis, se sois forasteiro?

— Tem razão; mas diga-me ao menos onde encontrarei um alpendre, debaixo do qual nos abriguemos do vento e da chuva d'esta noite.

O homem da sotaina vacillou alguns instantes; depois disse resolutamente:

— Esperae-me que vou guiar-vos a uma estalagem.

— Deus lh'o pague.

E logo, abrindo a porta, o homem alto, sêcco e ruivo, pegou n'uma lanterna, e ao sair tropeçou em Isabel, que estava meio recostada no poial de marmore.

— Vamos, filha das minhas entranhas, disse Pero, ergue-te!

— Como ha de ella andar e seguir-nos com tanta febre! Ajude-me a levantal-a, que por esta noite ficarão ambos em minha casa.

(Continúa)

ESTUDOS DA LINGUA MATERNA

DUVIDAS GRAMMATICAES

Li em o n. 30 do «Archivo Pittoresco,» que V. dignamente redige, sob o titulo de «Estudos da Lingua Materna,» e em resposta a um seu assignante, um artigo resolvendo uma questão grammatical; mas não dando aquella cabal solução ás duvidas que, sobre o mesmo ponto, muitas vezes fazem hesitar os que desejam fallar e escrever com correcção. Resolvi, pois, dirigir-me a V. , ousando esperar, que no seu semanario mais explicitamente tratará esta questão, logo que para isso tenha ensejo.

Como deverá dizer-se?

É dever dos meninos obedecerem (ou obedecer) aos seus paes.

Os soldados desejavam combater (ou combaterem).

Deu-se ordem aos caçadores para marcharem (ou marchar).

N'uma palavra, creia V. que fazia um bom serviço aos estudiosos, examinando e explicando claramente a regra do emprego dos infinitos (pessoaes ou não pessoaes) portuguezes, que, parece-me, é o que resolve as duvidas que apresento nos exemplos anteriores. — *Fabio.*

Annuindo de bom grado ao convite do nosso correspondente, cujas ponderações são mui judiciosas, vamos dar solução ás duvidas que nos propõe.

E para que o faça pessoa que tanto tem estudado a philologia da nossa lingua, qual é o professor da eschola normal de Lisboa, o nosso amigo Julio Caldas Aulete, nos facultou elle a transcripção da parte da sua grammatica, ainda inédita, que trata do correcto emprego dos infinitos, pessoaes e impessoaes, na lingua portugueza.

SOLUÇÃO

O infinito impessoal, além de representar um substantivo verbal, abstracto, e de com os verbos auxiliares constituir as fórmas compostas, tambem se junta a outros verbos não auxiliares, para com elles formar as phrases verbaes compostas, que tão communs são no discurso, taes como: *queremos ler; mandaram cantar; vou viajar* etc.

O infinito pessoal representa uma acção por modo vago e indeterminado, contendo ao mesmo tempo a idéa de pessoa e de numero. Ex: Trabalha, meu filho, para *agradarem* tuas obras a Deus. — *Fernão Mendes Pinto* C. 168.

Os escriptores principiantes erram vulgarmente a grammatica d'este tempo, em o empregarem quando devem usar do infinito impessoal, e vice-versa.

Uma das causas, e talvez a primeira, por que nos auctores antigos apparecem alguns d'estes erros, é devido á influencia que a litteratura hespanhola exerceu na lingua portugueza. Porque, não possuindo aquelle idioma este tempo, fez com que alguns auctores usassem o castelhanismo de empregar o impessoal quando deviam empregar o pessoal. E hoje a influencia da lingua franceza faz tambem com que se empregue o impessoal quando se deve empregar o pessoal. As seguintes phrases traduzidas do francez, á letra, produzem equivoco em portuguez, além de serem oppostas ao dizer vernaculo dos mestres da lingua. «E para dar que o Senhor nos dá. — A vida é feita para trabalhar. O equivoco desapparece d'estas phrases, se dissermos: É para *darmos* que o Senhor nos dá. — A vida é feita para *trabalharmos*.

Tratemos pois de estabelecer regras, com as quaes o principiante não possa errar na applicação d'estes dois tempos.

Regra geral:

Quando o infinito tem sujeito proprio, e fórma com elle uma oração, concorda com o sujeito em numero e pessoa.

Quando o infinito não tem sujeito proprio, e faz com outro verbo uma fórma composta, conserva-se invariavel.

Daremos agora alguns exemplos, para costumar o ouvido dos principiantes á verdadeira construcção.

« Virtude, sem *trabalhares e padeceres*, não verás tu jámais com teus olhos. — *Bernardes. Luz.* 256.

« Se do ceo, onde estaes, *abaterdes* os olhos e os *pozerdes* em Amarante. — *Vieira. Serm.* 7. 294.

« As mulheres tem a seu mandar as lagrimas para *chorarem* quando e quanto *querem*. — *Bernardes. Flor.* 342.

« Póde bem *ser quererdes saber* a que venho. — *Euphrosina. Prol.*

« Para que não podessemos duvidar *serem* isto obras da poderosa mão de Deus. — *Lucena.* C. 15. 109.

Todos estes exemplos são correctos. Os seguintes são os que encontrámos afastando-se da regra, e por isso os damos como errados.

« Será de uns doidos vãos, que *acabado de gastarem* o dinheiro com que casam, desprezam-se do sogro, e dão triste vida á mulher.—*Euphrosina.* act. 5. sc. 10.

Este logar é errado, porque *acabado de gastarem* é uma fórma verbal composta; portanto deve ser invariavel o infinito.

Deve-se corrigir: *acabado de gastar.*

N'este mesmo caso está o seguinte verso de Camões.

« E *folgarás de veres* a policia.—*Lusiadas. Cant.* 7. *Est.* 72.

Deve-se corrigir: *folgarás de ver.*

« Mandou... dois talões a espiar o porto, sondar o rio, e ver o surgidoiro. — *Fernão Mendes Pinto.*

Deve-se corrigir: a *espiarem* o porto, *sondarem* o rio, e *verem* o surgidoiro. Porque o sujeito d'estes tempos é, *dois talões*, e formam com elle uma oração differente da representada pelo verbo *mandou.*

« Forçareis as pedras a vos *fazer* a vontade — *Ulyssipo. act.* 5. *sc.* 4.

Deve-se corrigir: a vos *fazerem* a vontade; por que o sujeito de fazer é, *pedras,* portanto deve concordar com elle em numero e pessoa.

« O que se lhes não póde defender com a artilheria por *trabalhar* cobertos. — *Jacintho Freire.*

Deve-se corrigir: *trabalharem*; pois que o sujeito de trabalhar é, *soldados*, e não artilheria. Defender está correctissimamente empregado no impessoal, pois fórma com o verbo, *póde*, uma variação verbal composta.

« É muito proprio das mulheres o sair para *verem* e *serem* vistas. — *Bernardes. Flor* 4. 243.

Este exemplo é correcto: *verem* e *serem* concordam com seu respectivo sujeito, *mulheres. Sair* está na fórma impessoal, porque está tomado como um puro substantivo.

« Os moradores salvaram no sertão as vidas... faltando-lhes valor... para se *defender* ou *morrer* em suas casas. — *Jacintho Freire*. 275.

Deve-se corrigir: para *se defenderem* ou *morrerem* em suas casas.

Ha phrases em que se póde considerar o infinito do verbo de duas maneiras: constituindo uma fórma com o outro tempo, ou formando sobre si outra oração. N'este caso póde-se empregar o impessoal ou pessoal, segundo melhor convier á clareza e harmonia do periodo. Quando concorre assim, mais de um verbo no infinito, põe-se uns no singular, outros no plural, fazendo depender este emprego da boa consonancia.

Ex: Começaram os ouvintes a bocejar e cabecear até que ficaram adormecidos.—*Bernardes. Flor. T.* 4, *fl.* 250.

Se se considerarem os verbos *bocejar* e *cabecear* codependentes de *começaram*, formando portanto com elles fórmas compostas, devem-se conservar invariaveis; se porém se suppozerem formando uma oração separada, cujo sujeito é *ouvintes*, deve-se empregar a fórma pessoal d'esta maneira: começaram os ouvintes a *bocejarem* e *cabecearem*.

Algumas vezes tambem se encontra a *bocejarem* e *cabecear*. Porém este modo achâmol-o irregular.

Até aqui o illustre professor.

Agora acrescentaremos, que nos nossos classicos ha exemplos para auctorisar o emprego dos infinitos, segundo a regra exposta, e contra ella. Por exemplo este, de Fr. Luiz de Souza, na *Vid. do Arceb:* Os santos a *persuadir-me* humildade. . . e eu que mostre brios e ufania? Os santos a *prégar* pobreza e *seguil-a* em tudo, e eu que mostre ufania e brios.

Tomariam elles esta licença para evitar, umas vezes a dissonancia que produz a repetição das terminações do infinito impessoal; outras a reduplicação de pluraes no infinito pessoal, e por isso empregavam, ora um, ora outro, como melhor lhes soava, até com prejuizo da clareza do periodo? Parece-nos ser esta a razão; porque nem sempre taes logares se podem explicar por ellipse, como alguns tem feito.

Apesar d'isto, os escriptores que rigorosamente fazem auctoridade na grammatica da nossa lingua, nem todos os classicos observam as regras expostas, sem discrepancia. Muitos exemplos poderamos adduzir, para mostrar que ainda nos periodos em que ha necessidade de repetir os infinitos, seguem á risca a syntaxe de concordancia da lingua.

Sirva para exemplo incontestavel o periodo que vamos transcrever, pois é de um escriptor que, além de escrupuloso observador das regras da grammatica, na harmonia, variedade, graça, energia e pompa ninguem o excede:

« Deve ser o ether enredado de fios de luz, que, em todas as direcções, parallelos, perpendiculares, obliquos, convergentes, divergentes, remotos, proximos, se *entertecem* sem se *torcerem*, se *cortam* sem se *quebrarem*, se *encontram* sem *confundirem;* communicam todos os pontos com cada ponto, fazem que tudo possa ver a tudo, e ser de toda a parte descoberto. — *A. F. de Castilho. Noções rudimentaes para uso das escholas, pag.* 76.

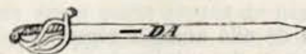
Em conclusão, já vê o nosso correspondente que, segundo as regras expendidas e commentadas, os exemplos que nos propõe estão correctos, tirando-lhes os parenthesis.

ENIGMA.

A

E
U

●



●

Lisboa — Typographia de Castro & Irmão — rua da Boa-Vista — Palacio do Conde de Sampaio.